



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA

Pelo presente instrumento particular e na forma de direito:

De um lado, na qualidade de prestadora de serviços de assessoria jurídica, **BRUNO LEONARDO FERREIRA DE MATOS E JACINTO DE SOUSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal/OAB-DF, inscrita no CNPJ sob o número 20.208.748/0001-91, domiciliada à QNM 34 CONJUNTO C CASA 24 - TAGUATINGA/DF, CEP: 72.145-403, doravante denominada contratado.

Nesse ato é representada por seus Sócios Diretores, ADVOGADOS: Dr. **BRUNO LEONARDO FERREIRA DE MATOS**, advogado, inscrito na OAB/DF nº 39396, telefones: (61) 30427230, (61) 982882282 e Dr. **JACINTO DE SOUSA**, advogado, inscrito na OAB/DF nº 40.512, (61) 985138137 e Dra. **LUANA NASCIMENTO MONTEIRO** – OAB/DF 49641 que compõem a BRUNO LEONARDO FERREIRA DE MATOS e JACINTO DE SOUSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ nº 202087480001-91, localizada no endereço QNM 34, conjunto C, Lote 24, Taguatinga/DF, CEP: 72.145-403.

De outro lado, doravante denominado contratante,

Nome: _____,
brasileiro, RG Nº: _____, órgão expedidor: _____,
inscrita no CPF Nº: _____-_____, telefone: _____,
endereço: _____,
CEP: _____, e-mail: _____.

Do Objeto: O presente contrato tem por objeto prestação de serviços de ASSESSORIA JURÍDICA em demanda judicial (execução contra o Distrito Federal).

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justo e acertado o presente contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas e livremente aceitas.

I- Os Advogados obrigam-se, em cumprimento do presente contrato e das procurações que lhe forem outorgadas, a prestar seus serviços profissionais na defesa dos direitos de seu cliente, praticando com zelo as atividades que forem necessárias para o bom cumprimento do mandato recebido.

II- O contratante pagará ao contratado o percentual de **15% (quinze por cento)** do valor que receber na execução, no ato do recebimento, podendo inclusive o contratado reter este percentual antes de transferir ao contrante.



III- Em caso de condenação em honorários de sucumbência nos termos do Código de Processo Civil, estes pertencerão aos advogados signatários e não serão repassados ao contratante, tendo em vista que será o executado que pagará o valor devido.

IV- Em caso de inadimplência do contratante, serão cobrados multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor da parcela em atraso; juros de 2% (dois por cento) ao dia.

V- O Contratante pagará as cópias dos documentos solicitadas pelo contratado. Quando o pagamento for antecipado pelo contratado, este será reembolsado pelo contratante mediante prestação de contas (recibos e/ou nota fiscal);

VI- O Contratante pagará as custas processuais e seus emolumentos previstos em lei, caso haja determinação judicial. Quando o pagamento for antecipado pelo contratado, este será reembolsado pelo contratante mediante prestação de contas (recibos/boletos e/ou nota fiscal).

VII- Todos os documentos necessários e informações serão prestados aos Advogados pelo cliente, sempre que solicitado, bem como compromete-se a comparecer às audiências previamente agendadas pelo Juízo.

VIII- Os Advogados se obrigam a prestar os esclarecimentos requeridos pelo cliente, sempre que solicitados. Ao final da demanda o contratado prestará contas do resultado final do processo ao contrante.

IX- O presente contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.906/94 (ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB). Em caso de rescisão, por qualquer motivo, a outra parte deve ser notificada com 30 (trinta) dias de antecedência, sob pena de nulidade da rescisão.

X- Será motivo para rescisão contratual, por justa causa, a falta de prestação de serviços pelo contratado e o atraso, **por mais de 60 dias**, no pagamento do valor ajustado na cláusula II.

XI- Em caso de rescisão contratual por falta de pagamento, o advogado poderá **pedir o arquivamento do processo**, independentemente de autorização do contratante e sem prejuízo de receber os honorários devidos pelo serviço já prestado.

XII- Em caso de rescisão contratual, são devidos todos os honorários pelos serviços já prestados até a data da rescisão.

XIII- Os honorários pagos antecipadamente correspondem aos serviços que serão prestados e não serão, em nenhuma hipótese, devolvidos em caso de rescisão contratual.

XIV- **Os advogados não prometem êxito na demanda, mas investirão todos os esforços e conhecimento técnico necessário na defesa dos direitos do contratante.**



XV- O presente contrato tem vigência até a data de arquivamento definitivo do processo judicial.

XVI- O contratado compromete-se a atuar em todas as instâncias do Poder Judiciário ou de Órgão Público em defesa dos direitos do contratante, sem necessidade de um novo contrato para uma nova instância.

XVII- Fica estabelecido o foro da Circunscrição Judiciária de Ceilândia/DF para discussão judicial deste contrato, excluindo-se outro foro por mais privilegiado que possa ser.

XVIII- E por estarem justos, contratados, cientes e de acordo com todas as cláusulas e condições do presente contrato, as partes por si assinam este instrumento em 2 (duas) vias para um só efeito.

Brasília-DF, ____/____/ 2018.

Contratante/Cliente

Bruno Leonardo Ferreira de Matos
OAB/DF 39396

Jacinto de Sousa
OAB/DF 40.512

Luana Nascimento Monteiro
OAB/DF 49641



PROCURAÇÃO Ad Judicia et Extra

Nome: _____,
brasileiro, RG Nº: _____, órgão expedidor: _____,
inscrita no CPF Nº: _____ - _____, telefone: _____,
endereço: _____,
CEP: _____, e-mail: _____,

por seus advogados Dr. **BRUNO LEONARDO FERREIRA DE MATOS**, advogado, inscrito na OAB/DF nº 39396, telefones: (61) 30427230, (61) 982882282 e Dr. **JACINTO DE SOUSA**, advogado, inscrito na OAB/DF nº 40.512, (61) 985138137 e Dra. **LUANA NASCIMENTO MONTEIRO** - OAB/DF 49641 que compõem a BRUNO LEONARDO FERREIRA DE MATOS e JACINTO DE SOUSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CPNJ nº 202087480001-91, localizada no endereço QNM 34, conjunto C, Lote 24, Taguatinga/DF, CEP: 72.145-403. e-mail: contato@bmjsadvogados.com.br. **Poderes:** por este instrumento particular de mandato, o Mandante confere ao Mandatário, todos os poderes necessários para representá-lo em quaisquer atos em que figure como autor ou réu, em conjunto ou isoladamente, em qualquer que seja o foro, juízo, instância ou tribunal, bem como perante quaisquer órgãos ou repartições públicas, conferindo-lhes os poderes para o foro em geral e os poderes contidos na cláusula *ad judicia et extra*, mais os poderes especiais de confessar, transigir, desistir, insistir, acordar, discordar, interpor recurso, de variar de demanda, de receber valores oriundos da demanda, e ou, dar quitação, de assinar recibos, de assinar alvarás, Requisição de Pequeno Valor e Precatórios para receber valores oriundos dessa demanda, podendo reter, no ato de recebimento, o percentual pertencente aos advogados; tem poderes de firmar compromisso, de reconhecer a procedência do pedido, de renunciar ao direito sobre o que se funda ação, e inclusive substabelecer, com ou sem reservas de poderes, mais os poderes especiais para retirar cópia de processos onde conste como parte, praticando, enfim, todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho do presente em ação.

Brasília, DF ____/____/____.

Outorgante